



ISSN: 2230-9926

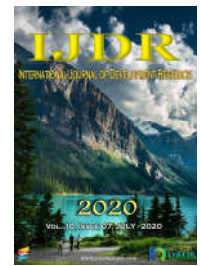
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 07, pp. 37523-37528, July, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19295.07.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

ATUAÇÃO DOCENTE EM MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR: ANOTAÇÕES PRELIMINARES DE UM PROCESSO DIALÓGICO

Ivonete Barreto de Amorim, *Marcelo Máximo Purificação and Sandra Célia Coelho G. da Silva

¹Pós-doc em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Professora Permanente e vice Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES- DEDC–Campus XI – Serrinha. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação – Campus XI – Serrinha. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, políticas Públicas e Desenvolvimento Social (Epods). Pesquisadora do Centro Interdepartamental em Culturas e Religiões da UNEB; ²Pós-doc em Educação Universidade de Coimbra (U.C). Professor Titular na FIMES/UNIFIMES e Permanente nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Educação – FACMAIS, Mestrado em Educação – UEMS e Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar–NEPEM/UNIFIMES; ³Pós-doc em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Professora Permanente Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES- DEDC –Campus XI–Serrinha. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação–Campus XII–Guanambi. Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Conselheira da Regional Centro-Oeste da Sociedade de Teólogos e Cientistas da Religião (SOTER). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Pesquisadora do Centro Interdepartamental em Culturas e Religiões da UNEB.

ARTICLE INFO

Article History:

Received 28th April, 2020
Received in revised form
07th May, 2020
Accepted 11th June, 2020
Published online 24th July, 2020

Key Words:

Professional Master's degree,
Interdisciplinary Area, Teaching Performance.

*Corresponding author:

Marcelo Máximo Purificação,

ABSTRACT

This article aims to clarify reflections on the performance of teachers working in the Professional Master in Educational and Social Intervention Program (MPIES) in the State University of Bahia, Department of Education Campus XI, Serrinha-BA. This master's degree is integrated with the Interdisciplinary assessment area of Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Indeed, the Interdisciplinary Professional Master's Degree demands that teachers working in this postgraduate strictosensu modality break with disciplinary ties, implement dialogues with researchers and students from different backgrounds, in order to produce new knowledge that goes beyond the institutional walls, the formation, and effectively reverberate in professional qualification.

Copyright © 2020, Ivonete Barreto de Amorim et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Ivonete Barreto de Amorim, Marcelo Máximo Purificação and Sandra Célia Coelho G. da Silva. "Atuação docente em mestrado profissional interdisciplinar: anotações preliminares de um processo dialógico", *International Journal of Development Research*, 10, (07), 37523-37528.

INTRODUCTION

O sistema educacional de um país consiste em um prolongamento dos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais. Não obstante, o Brasil tem uma marca tardia na implantação e desenvolvimento do ensino superior e, conseqüentemente, da pós-graduação stricto sensu, a qual teve sua base legal no Parecer do Conselho Federal de Educação, sob o número 977/1965, o qual estabelece no seu bojo as bases legais da pós-graduação no Brasil. Embora esse parecer

defenda as principais ideias de mestrado e doutorado acadêmicos, os quais são pautados em pesquisas, é sinalizada uma perspectiva de mestrados vinculados ao perfil profissional. Não obstante, essa indicação do parecer 977/1965 só é concretizado com a Portaria 80/1998, a qual oficializa os mestrados profissionais em todo território nacional brasileiro. Contudo, é através da portaria normativa nº 7, de 23 de junho de 2009, que é ratificado aos titulados em mestrados profissionais o reconhecimento dos mesmos direitos dos titulados nos mestrados acadêmicos, em todo território brasileiro. Nesse cenário de pós-graduação stricto sensu, cabe

mencionar os desafios na atuação docente em mestrados profissionais, sobretudo pelo fato que os docentes, em sua maioria, advêm de uma formação em doutorados acadêmicos em área específicas, realidade que incide em novos desafios e na necessidade de conhecer as prerrogativas de um mestrado profissional, ancorado na área interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diante dessa compreensão introdutória, este artigo tem como objetivo explicitar reflexões acerca da atuação de docentes que atuam no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Isto posto, este artigo ficou ancorado em três seções: a primeira Mestrados profissionais interdisciplinares no Brasil; a segunda, atuação docente no MPIES e a terceira as considerações finais.

Mestrados profissionais interdisciplinares no Brasil

Quando dialogamos acerca da Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, sobretudo quando investigamos mestrados na modalidade profissional, é imprescindível destacar o Artigo 2º da Portaria nº 60, de 20 de março de 2019, o qual dispõe acerca do mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da CAPES, vejamos a seguir: Art. 2º São objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais:

- I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
- II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
- III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
- IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados;
- V - formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação.

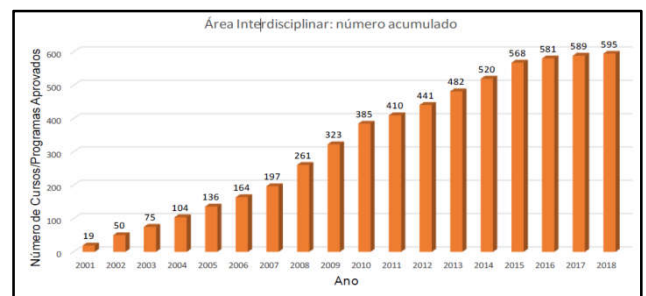
Como é referendado no artigo 2º da Portaria 60, destaca-se, no que concerne ao mestrado profissional, que este incide diretamente na qualificação de profissionais, com vistas a agregar à sua atuação avanços consistentes e inovadores, com o objetivo de atender as demandas sociais econômicas e das instituições envolvidas. Conforme Ribeiro (2005), o Mestrado Profissional contribui para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com base em três constatações:

[...] primeira, a sociedade atual requer uma formação cada vez mais qualificada, mesmo para setores que não lidam com a docência nem com a pesquisa de ponta; segunda, com o aumento das titulações no País, constata-se que boa parte dos mestres e uma parte significativa dos doutores encaminham-se para um destino que não é o ensino superior; e, terceira, a inexistência de preconceito da Capes quanto à transferência de conhecimento científico para as empresas ou para o mercado, desde que a sociedade como um todo, e o setor público e os movimentos sociais em particular, também sejam alvo dessa transferência (Ribeiro, 2005, p.10-11).

Quanto refletimos sobre os mestrados profissionais, é indicado especificar de qual área de avaliação da CAPES estamos nos referindo. Posto isto, destaca-se que, nesse estudo, o caráter norteador das reflexões está vinculado à área de avaliação interdisciplinar. Para a Capes (2019, p.9), essa área tem uma importância relevante para o contexto da pós-graduação brasileira, sobretudo quando houve, no ano de 1999, a sua implantação, e essa iniciativa “[...] decorreu dos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos”. Consoante ao documento que versa sobre “Parâmetros para avaliação do mestrado profissional”, Oller *et. al.* (2005) aponta as características de sua natureza:

- associação da estrutura curricular, e das experiências profissionais oferecidas pelo curso às demandas da sociedade ou às tendências identificadas ou novas tendências a serem prospectadas;
- construção em torno de problemas de interesses comuns entre as instituições que oferecem o curso e as empresas ou instituições governamentais ou não governamentais envolvidas;
- implantação e desenvolvimento respaldado por esquemas de intercâmbio com empresas e instituições governamentais e não governamentais para melhor qualificar seus profissionais. É necessário que o MP possua um plano estruturado articulando a instituição que oferta o curso e as instituições sociais nela interessada, comprovando os vínculos e relações de intercâmbio (OLLER *et. al.* 2005, p.151).

Igualmente, o documento da área interdisciplinar reitera que, além das necessidades vinculadas às perspectivas ligadas aos desafios, desencadeados pelos avanços dos conhecimentos técnico-científicos, “a natureza complexa de tais problemas requer diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas de conhecimento diferentes, bem como entre saberes disciplinares e não disciplinares” (CAPES, 2019, p.9). Essa necessidade contemporânea é iminente diante das novas formas de construção/produção de conhecimentos e “formação de recursos humanos, que assumam como objeto de investigação fenômenos que se colocam em fronteiras disciplinares” (*idem*, p.9). Com base nessa relevância da área de avaliação interdisciplinar, é nevrágico sinalizar que para a CAPES, no quinquênio (2011-2018), “foram apresentadas, em média, 168 novas propostas de cursos por ano, sendo a média de aprovação de cursos novos na Área Interdisciplinar de 20% do número total de propostas apresentadas” (CAPES, 2019, p.3).



Fonte: compilação de dados - Número acumulado de cursos/programas novos aprovados pela CAPES na área interdisciplinar, CAPES (2019, p.4).

Essa confirmação é relevante para contexto brasileiro, como é visível no gráfico anterior, em que identificamos um salto expressivo do número de programas aprovados na área de avaliação interdisciplinar, pois de 410 (quatrocentos e dez) cursos aprovados na área interdisciplinar no ano de 2011, no ano de 2018, esse número foi para 595 (quinhentos e noventa e cinco), representando um acréscimo significativo desde a criação, em 1999, da área interdisciplinar, a qual teve como característica uma relação díspar entre propostas de cursos e/ou programas apresentados para aprovação e o número de Cursos e/ou programas que lograram aprovação propriamente dita. Com efeito, a CAPES (2019, p.2) ressalta que

[...] em valores absolutos, desde a criação da área, em 1999, sempre foi muito grande o número de cursos/programas submetidos para apreciação. Contudo, diante do rigor do processo de avaliação, o percentual de aprovações sempre foi baixo (média geral de 20%), apesar do número absoluto de propostas se apresentar expressivo. Essa alta demanda induziu a organização da Interdisciplinar em 4 Câmaras (I – Agrárias e Ambientais; II – Sociais e Humanidades; III – Engenharias, Gestão e Inovação; IV- Saúde e Biológicas). Essa nova organização incrementou o processo de avaliação anual de Aplicativos de Proposta de Curso Novo (APCNs), permitindo agrupamento de revisores com maior acuidade nas interfaces interdisciplinares.

Essa análise é contraditória à realidade que compartilhamos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pois ainda é tímida no seu contexto, o número de mestrados profissionais na área interdisciplinar; como pode ser observado no quadro a seguir, no período de 2011-2018, período referendado pela CAPES como de importante crescimento no número de aprovação de propostas na área interdisciplinar. No contexto da UNEB, começamos a adentrar nessa modalidade de pós-graduação profissional quando os nove programas de mestrados profissionais aprovados pelas diferentes áreas do conhecimento da CAPES estão em pleno funcionamento na UNEB, nos últimos oito anos. O Programa de Pós-Graduação Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES) está vinculado à área 45 (quarenta e cinco) de avaliação interdisciplinar da CAPES, especificamente na Câmara II – Sociais e Humanidades.

Importante destacar que a UNEB possui um legado de abrangência territorial no nordeste brasileiro de grande representatividade para o Ensino Superior, pois é considerada a maior Universidade pública multicampi do Estado da Bahia e, diante da sua capilaridade, é confirmada a presença da UNEB em todas as regiões do Estado da Bahia, através dos seus 29 (vinte e nove) campi. Contudo, o sistema brasileiro de pós-graduação é, ainda, incapaz de lidar adequadamente com as assimetrias regionais. Dito isto, é díspar o número de cursos de pós-graduação entre as regiões brasileiras, sendo notória a concentração da pós-graduação nas regiões sudeste e sul do país, em detrimento dos déficits nas regiões nordeste e norte, como observamos na figura a seguir, a abrangência e o alcance dos Programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar em funcionamento, presentes em todos os estados brasileiros, segundo os dados de 21/01/2019. Ciente dessa realidade excludente entre o acesso à pós-graduação e oferecimento desses Programas/Cursos, a UNEB explicita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2015) que está comprometida com as grandes questões do seu tempo.

Quadro 1 Listagem dos programas stricto sensu profissionais ofertados na UNEB

MESTRADO PROFISSIONAL			
01	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC)	DEDC I /Salvador	2011
02	Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (Profletras)	DCH V / Sto Antônio de Jesus	2013
03	Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA)	DEDC I /Salvador	2014
04	Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (MPED)	DCH IV /Jacobina	2014
05	Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória)	DEDC I / Salvador	2016
06	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (ProfFísica)	UNEAD / Salvador	2016
07	Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS)	DCH VI / Caetité	2018
08	Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (MPIES)	DEDC XI / Serrinha	2018
09	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (MEPISCO)	Campus I / Salvador	2018

Fonte: Plataforma Sucupira CAPES. Consulta em 20/04/2019.

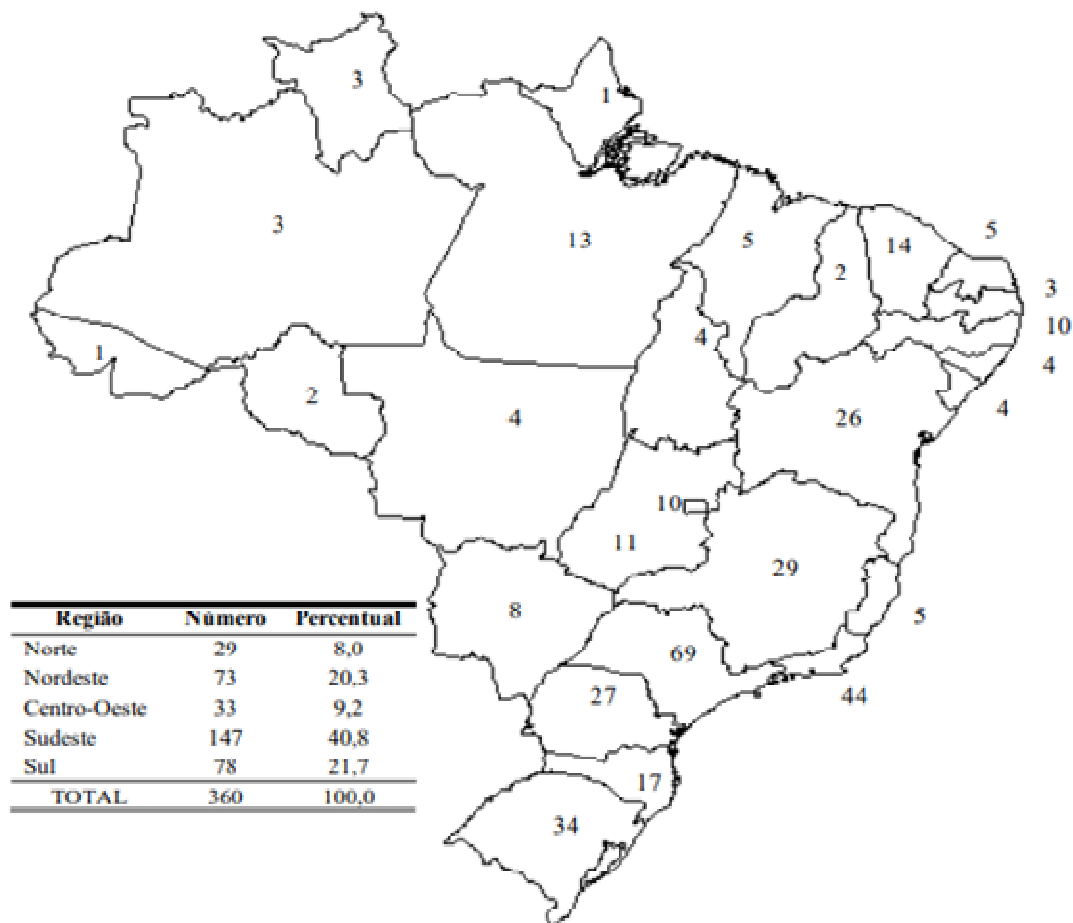
Dessa forma, destacam-se, dentre os objetivos traçados: ampliar o papel da Universidade no desenvolvimento sustentável, social, cultural e econômico nos municípios, regiões e no estado da Bahia como um todo; ampliar a base científica e tecnológica da Universidade, favorecendo a interiorização da pesquisa e pós-graduação, contribuindo para a superação das assimetrias inter e intrarregionais; investir na internacionalização com a realização de pesquisas, produção de conhecimento e intercâmbio de pesquisadores em agendas de interesse local, regional e global (UNEB, PDI, 2015, p.16). Nesse cenário, referenda-se que o MPIES, aprovado pela Resolução nº 1952/20018 – publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 28/06/2018, e recomendado pela CAPES, através do Ofício 247/2017, é um mestrado vinculado à modalidade profissional de natureza interdisciplinar, pertencente a Câmara II – Sociais e Humanidades da CAPES; e tem por objetivo focar no desenvolvimento socioprofissional dos formandos aos níveis conceituais, metodológicos e técnicos, no contexto de intervenção de campo. É esperado que os formandos estejam aptos a integrar de modo consolidado conhecimentos científicos, competências técnicas e atitudes de inovação face aos problemas atuais. Em síntese, é objetivo desenvolver níveis de consciência elevados sobre as questões comunitárias em matéria de intervenção educativa e social,

segundo o estado-da-arte, e com eficácia de desempenho perfil do candidato e do egresso. Com base nessa compreensão, os candidatos ao curso, devem, preferencialmente, ser profissionais oriundos de áreas correlatas àquelas que compõem a área de concentração *Educação, Sociedade e Intervenção*. Por outro lado, o perfil do profissional a ser formado estrutura-se, funcionalmente, aos níveis da sensibilidade e da responsabilidade social perante as problemáticas educativas e sociais, das competências operatórias de diagnóstico e planejamento das intervenções, bem como da sua implementação, avaliação e aprimoramento. Estes profissionais deverão estar habilitados a intervir em situações onde haja necessidades preventivas e/ou remediativas, em termos dos padrões ótimos de desenvolvimento humano e social, assegurando condições

positivas para se atingirem estágios de bem-estar e qualidade de vida (MPIES, 2018). O MPIES tem duas linhas de pesquisas, a citar: linha 1- Novos contextos de aprendizagem, e linha 2- Novas formas de subjetivação e organização comunitária, como afirma o projeto do programa.

Linha 1 - Nesta linha de pesquisa debate-se o potencial dos novos contextos de aprendizagem, que a evolução social nos traz continuamente. Das aprendizagens em rede, às aprendizagens experienciais comunitárias que emergem face aos problemas da atualidade, constroem-se novos cenários de socialização e de desenvolvimento humano. Trazer para a luz da investigação-ação destas novas realidades, constitui o contributo essencial desta linha de pesquisa para esta área

Públicas e Desenvolvimento Social(EPODS) eao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS),que fornecem ancoragem para os projetos dos docentes pesquisadores e seus respectivos orientandos(as) de mestrados, de Iniciação Científica (IC) e da graduação. As discussõescom enfoque interdisciplinar são explicitadas nesses projetos, com vistas a problematizar questões sobre o prisma da área de Concentração:Educação, Sociedade e Intervenção, das respectivas linhas de pesquisa, como também, utilizando-se da perspectiva interdisciplinar para descortinar a opacidade da realidade, através das interfaces estabelecidas entre diferentes áreas do conhecimento, ampliando as interlocuções de saberes e dizerem das linhas de atuação dos sujeitos envolvidos nesses processos de qualificação profissional.Com isso, desencadeia-se a produção de novos conhecimentos



Fonte: Capes (2019, p.5). Distribuição dos Programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar, por estado da Federação. Plataforma Sucupira, 21/01/2019. A tabela inserida mostra o número absoluto e percentual de programas por região geográfica brasileira.

Linha 2: Novas formas de subjetivação e organização comunitária - Nesta linha de pesquisa estuda-se o impacto que as novas formas de subjetivação identitária e de relacionamento intersubjetivo têm sobre os contextos de intervenção educativa e social. As novas formas comportamentais e sociais que as pessoas adquirem na modernidade, bem como as novas formas de organização das comunidades, constituem desafios para que a intervenção social se inove, na senda de maior eficácia. O que surge do estudo das novas formas de subjetivação e de intersubjetividade são um contributo valioso para a pesquisa nesta área.

Em cada uma dessas linhas explicitadas anteriormente, agregamno seu bojo, dois projetos matriciais, os quais estão vinculados aos Grupos de Pesquisas: Educação, Políticas

ancorados na interdisciplinaridade e naintervenção.Essa lógica empreendida pelo Programa MPIEStem como referência o documento da área interdisciplinar da Capes (2019, p. 9), quando afirma que, a interdisciplinaridade.

[...]pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional, com um perfil distinto dos

existentes, com formação básica sólida e integradora, capaz de compreender e solucionar os problemas cada vez mais complexos das sociedades modernas

Essa lógica defendida pela Capesencontra eco nos marcos teóricos que discutem as questões interdisciplinares, dentre os quais destacamos as contribuições de Demo (2001), quando reitera nos seus estudos que a interdisciplinaridade é contemplada no processo de ensino e aprendizagem quando propõe que a pesquisa seja um princípio educativo e científico; Gadotti (2006), quando assevera que a interdisciplinaridade consiste na efetivação da construção de um conhecimento globalizante, que produz ruptura com as fronteiras das disciplinas; essa concepção é confirmada em Fazenda (1979), quando sinaliza que é preciso acontecer a incorporação de uma atitude interdisciplinar, condição *sinequa non* para que a atuação docente esteja vincada em atitudes que envolvam o conhecimento de forma dialogada e incluyente.

Especificidade da atuação docente no mestrado profissional interdisciplinar: O artigo 10 da Portaria 60, de 20 de março de 2019, normatiza que o corpo docente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* deverá ser composto por docentes permanentes, podendo incluir outras categorias, conforme legislação em vigor.

§1º O conjunto do corpo docente da proposta poderá incluir professores com experiência profissional acadêmica e não acadêmica, técnica, científica, de inovação e de orientação ou supervisão na área proposta. §2º O número mínimo de docentes permanentes e sua proporção em relação às demais categorias de docentes vinculados ao programa serão definidos pelos documentos orientadores de cada Área de Avaliação. §3º Em conformidade com o previsto nos documentos orientadores de cada área de avaliação, poderão ser incluídos no corpo docente da proposta profissionais sem o título de mestre ou doutor, desde que denotem experiência reconhecida em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação no segmento de atuação do programa proposto. I - O percentual máximo permitido para a situação prevista no caput do parágrafo terceiro será de 30% (trinta por cento). §4º A carga horária docente e as condições de trabalho deverão ser compatíveis com as necessidades do curso, admitindo o regime de dedicação parcial.

As categorias docentes indicadas na Resolução 60, sobretudo, no §2º, encontram ancoragem na resolução 81, de 3 de julho de 2016, da Capes, quando no seu Artigo 2º, reitera que “o corpo docente dos PPG's é composto por 3 (três) categorias de docentes: I - docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa; II - docentes e pesquisadores visitantes; III - docentes colaboradores”. Com base nessas indicações legais, o MPIES tem hoje doze docentes permanentes, que desenvolvem um trabalho de forma efetiva através de atividades que envolvam o ensino na pós-graduação e na graduação: lideram e participam de projetos de pesquisa vinculados aos Grupos de Pesquisas, orientam estudantes da pós-graduação da Graduação e da Iniciação Científica, participam de ações interventivas no entorno da universidade, ministram palestras em Seminários e Colóquios, atividades que são obrigatórias no Programa. Os referidos docentes participam, também, da elaboração do Planejamento Estratégico do Programa, assim como de comissões que

compõem o processo seletivo para o acesso de alunos regulares e especiais, emitem pareceres em processo, participam de comitês científicos de eventos organizados pelo programa, como também, em outros espaços e desenvolvem projetos de extensão, contemplando o entorno da universidade, outras Instituições Superiores e a comunidade local. Ademais, participam de outras comissões, com vistas a acompanhar as necessidades do Programa.

É imperativo ressaltar que os docentes na categoria permanente ministram componentes curriculares obrigatórios e optativos, que são compartilhados com outros colegas oriundos de formações diferentes, uma atuação docente que oportuniza o alargamento das interfaces em diferentes áreas do conhecimento. Com efeito, temos compartilhado nessa trajetória de uma postura dialógica na atuação docente, vincada nas experiências multi/interdisciplinares. Não obstante, os docentes possuem formações variadas: Administração, Pedagogia, Sociologia, Psicologia, Geografia, Direito, Letras Vernáculas, Teologia, Tecnologia e Filosofia. Esses docentes, além de atuarem na docência e na pesquisa, alguns têm vinculação com repartições e instituições da administração pública e privada. Nessa realidade objetiva, emergem novas formas de pensar as metodologias e as práticas profissionais, com vistas a produzir novos conhecimentos que descortinem a realidade e contribuam de forma respeitosa e consistente com a trajetória da qualificação dos(as) mestrados(as) e dos professores pesquisadores. Os docentes visitantes que estão participando do Programa atualmente têm contribuído de forma consistente na participação de eventos promovidos pelo MPIES e pelos grupos de pesquisas Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS), através de palestras, conferências, publicações em conjunto em livros e artigos para revistas nacionais e internacionais, assim como atividades de expansão, colóquios e seminários obrigatórios do Programa. A participação dos docentes na categoria colaborador vem ocorrendo de forma impactante através de: coorientação de mestrados/as, palestras em eventos organizados pelo MPIES, nos colóquios e seminários, nos comitês científicos de eventos, em publicações em conjunto, em atividades de extensão e intervenções em instituições e comunidades do entorno da Universidade. É pertinente destacar a dialogicidade que o programa tem validado junto a graduação, estimulando estudantes a partir do 8º semestre a participarem da seleção do programa, e essa motivação tem contado com a participação efetiva dos professores colaboradores, os quais estão atuando na graduação e durante os círculos de conversas que promovemos no MPIES, ampliando o número de estudantes da graduação, incluindo alunos/as especiais, assim como incentivando a candidatura desses com alunos/as no processo seletivo para alunos(as) regulares do programa. Com efeito, é oportuno destacar que as categorias docentes permanente, visitante e colaborador têm potencializado novos contextos de aprendizagens, perante as interfaces das experiências oriundas das atuações profissionais e das formações diferentes, as quais problematizam novas questões sobre as pesquisas e intervenções.

Considerações finais

As discussões efetivadas nos indicaram os desafios concernentes à atuação docente no âmbito do mestrado profissional, pois para aqueles professores que não possuem

dedicação exclusiva, o envolvimento com a pós-graduação demanda um esforço descomunal, pela excessiva exigência da Universidade de uma carga horária obrigatória de 12 (doze) horas em sala de aula, estabelecendo de forma tácita uma implicação com a pesquisa e com a extensão no desejo docente e não nas condições objetivas de possibilitar a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão no âmbito da universidade. Destarte, como fora explicitado no bojo deste artigo, os docentes que atuam no mestrado profissional, além da docência, acumulam outras funções profissionais como: coordenador pedagógica em escola, psicólogos de hospitais custódia, gestores, advogadas, administradores de empresas, dentre outros. Portanto, defendemos a disponibilidade de docentes que atuam na pós-graduação e tem carga horária de 40 (quarenta horas) semanais de ampliar a carga horária em pesquisa e extensão, tendo em vista que essas atividades não podem ser tratadas com menor importância do ensino. Ademais, a exigência da Capes de que os professores da pós-graduação interdisciplinar, além da dupla experiência na docência e em outras funções, torna-se mais complexa face aos necessários estudos e interfaces com outras áreas do conhecimento, com o objetivo de gerar novas aprendizagens e conhecimentos que reverberem força consistente e relevante para o contexto social legitimamente situado. Outrossim, constata-se que atuação docente no mestrado profissional interdisciplinar demanda, além de formação consistente, atitudes epistemológicas dialógicas e aberta para novas conjecturas, ou no dizer de Santomé (1998, p.61) [...] “a própria riqueza da interdisciplinaridade depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas e estas, por sua vez, serão afetadas positivamente pelos seus contatos e colaborações interdisciplinares”. Assim, nos cabe ampliar as articulações, proceder aproximações coordenadas, intercâmbios consistentes entre os componentes curriculares e problematizadores.

REFERÊNCIAS

- _____. (2018). UNEB. Regimento do MPIES. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/mpies/wp-content/uploads/sites/123/2018/10/REGIMENTO-MPIES.pdf>> Acessado em: jan de 2019.
- _____. 2019. Documento da área Interdisciplinar. Disponível em: <https://portal.uneb.br/mpies/wp-content/uploads/sites/123/2019/11/DODUMENTO-DE-AREA-45-INTERDISCIPLINAR.pdf>... Acesso; 13 de outubro de 2019

- _____. 1965. CFE - Conselho Federal de Educação. Parecer CES/CFE nº 977/65, de 3 de dezembro de 1965.
- _____. 2009. Ministério da Educação Portaria nº 7, de 22 de Junho de 2009. Diário Oficial da União. Disponível em:
- _____. 2010. CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020, v.2. <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Revogada-Portaria-Normativa-n_7-22-de-junho-2009-Mestrado-Profissional.pdf>. Acessado em: mar de 2019.
- Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jun. 2009. Seção 1. p. 31
- BAHIA 2015. UNEB. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI_2017_2022-.pdf> Acessado em: março de 2019.
- BRASIL 1998. Ministério da Educação. Portaria 80, de 16 de dezembro de 1998. Diário Oficial da União. Disponível em <https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>. Acessado em: mar de 2019
- BRASIL.2009. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 7, de 22 de junho de 2009.
- DEMO, Pedro. 2001. *Educação & conhecimento* - relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Coordenação de
- FAZENDA, Ivani C. 1979. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo: Loyola.
- GADOTTI, Moacir. 2006. *Interdisciplinaridade: atitude e método*. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível: <www.paulofreire.org>. Acesso em: 26 dez. 2006.
- Oller, C., Sotero, A., Moreira, M. A., Fischer, T., Nicola, J. H. 2005. Parâmetros para avaliação de mestrado profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2, (4), 151-155
- RIBEIRO, R. J. 2005. O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2, (4), 8-15.
- SANTOMÉ, Jujo. T. 1998. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed.
